



Adaptações curriculares em uma perspectiva de educação inclusiva

Sandra Veras de Oliveira ¹
Luciana Silva dos Santos ²
Priscila Bernardo dos Santos ³

RESUMO

O artigo é uma revisão bibliográfica que discorre acerca de um tema muito discutido no cenário da educação inclusiva, as adaptações curriculares em uma perspectiva de educação inclusiva na qual todos tem os mesmos direitos, e não podem ser violados. No que se concerne que as adaptações curriculares devem estar alinhadas conforme o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, bem como o PEI (Plano Educacional Individualizado), de acordo com as necessidades dos alunos, o currículo não está associado apenas aos conteúdos mais a sua prática de refleti-lo como um conjunto e que ele precisa ser adaptável tendo em vista as demandas educacionais de um público diversificado, e a escola tem um papel crucial de acolher esse alunado em suas necessidades, dando acesso e permanência, bem como um olhar humano do professor em saber reinventar, dinamizar, criar novos métodos de ensino que possam beneficiar alunos com necessidades educacionais, transtorno neurológico ou deficiência.

A metodologia adotada nessa pesquisa é uma revisão bibliográfica, e é de caráter exploratório, com leituras e análises de materiais em sites, livros, revistas e artigos acadêmicos científicos que dialogam com o tema exposto para aprofundamento, é uma pesquisa de abordagem quantitativa com objetivo de compreender as ideias, bem como gerenciar as informações de forma clara e objetiva.

Palavras-chave: Adaptações. Currículo. Educação. Necessidades.

ABSTRACT

The article is a bibliographical review that discusses a much discussed topic in the inclusive education scenario, curricular adaptations from an inclusive education perspective in which everyone has the same rights, and cannot be violated. Regarding the fact that curricular adaptations must be aligned according to the PPP (Pedagogical Political Project) of the school, as well as the PEI (Individualized Educational Plan), according to the needs of the students, the curriculum is not only associated with the most common content its practice of reflecting it as a whole and that it needs to be adaptable taking into account the educational demands of a diverse public, and the school has a crucial role in welcoming these students in their needs, providing access and permanence, as well as a perspective of the teacher in knowing how to reinvent, streamline, create new teaching methods that can benefit students with educational needs, neurological disorders or disabilities.

¹ Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade UNIESP - Centro Universitário - Polo João Pessoa- Pb. e-mail: sandraveraso964@gmail.com

² Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade UNIESP- Centro Universitário – Polo João Pessoa- Pb.

³ Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB.

³ Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade UNIESP - Centro Universitário - Polo João Pessoa- Pb. e-mail: priscilabernardo1111@gmail.com



The methodology adopted in this research is a bibliographical review, and is of an exploratory nature, with readings and analysis of materials on websites, books, magazines and academic scientific articles that dialogue with the theme exposed for in-depth analysis, it is a quantitative approach research with the objective of understand ideas, as well as manage information clearly and objectively.

Keywords: Adaptations. Curriculum. Education. Needs.

1 INTRODUÇÃO

A princípio como entender a necessidade e o porquê de adaptações curriculares em uma perspectiva de educação inclusiva se não houver uma compreensão por parte das Políticas Públicas de Inclusão, bem como todos envolvidos (família, sociedade, escola), de que a inclusão é um direito garantido por lei, conforme expressa na Constituição Federal de 1988 (art. 205 e 208) e LDB de 1996 (art. 58 § 3º), assim como na Declaração de Salamanca (1994) ao qual se refere à Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de população distantes ou nômades, crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas e marginalizadas. (SALAMANCA, 1994, p. 18)

Neste sentido o presente artigo ao abordar sobre adaptações curriculares em uma perspectiva de educação inclusiva, busca trazer a consciência de que é necessário repensar as ações curriculares e seus compassos no que se diz respeito à inclusão rumo a uma educação de qualidade em prol ao processo de ensino-aprendizagem da criança com necessidades educacionais, deficiência ou transtorno neurológico.

Tendo como objetivo construir de forma significativa, ao propor uma reflexão dentro de um olhar e perspectiva pedagógica ao elencar pontos relevantes vivenciados por todos os profissionais da educação e conseqüentemente da sociedade, porém com pouca notoriedade da causa, pois muitos ainda não compreendem o significado de inclusão, bem como a importância das adequações curriculares, não como algo a mais ou trabalhoso, mas como algo incluso, humano e positivo.

Portanto ao abordar esse tema opta-se por dissertar os seguintes tópicos: Currículo, inclusão e adaptação: Pilares da educação ao qual trata sobre compreender que não se pode falar em currículo de verdade se não envolver a inclusão e conseqüentemente as adaptações, pois estão intrinsicamente ligados; Adaptações curriculares: Um convite à verdadeira educação



envolvendo conteúdo, recursos e avaliações, trazem como norte que é preciso haver essa tríade para que as adaptações curriculares realmente façam a diferença no currículo de forma verdadeiramente inclusiva; Papel do professor: Diferencial nas adequações curriculares em uma perspectiva de educação inclusiva, busca trazer o olhar pedagógico e humanizador desse profissional, bem como despertá-lo para qual é o seu objetivo/papel como educador.

Nesse cerne temos a metodologia, que se trata de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e abordagem quantitativa para análises de informações referente ao tema exposto, assim destacam-se alguns autores como: Duarte, Silva, Almeida, Brasil, Sabaini, Minetto entre outros, em sequência os resultados e discussões a qual discorre a respeito do resumo de todo corpo da pesquisa, as considerações finais e por fim as referências de todo material explorado durante a pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CURRÍCULO, INCLUSÃO E ADAPTAÇÃO: PILARES DA EDUCAÇÃO

Como pensar sobre currículo sem compreender que ele não se restringe apenas a seleção de conteúdos, mas em prática reflexiva, que é produto de processo histórico social e da necessidade de ser pensado e repensado no âmbito escolar, pois se constitui como um elemento importante do conhecimento/saber e de inclusão.

Logo, de acordo com Sacristán (2000), o currículo é o melhor acesso uma práxis, no qual deve haver um diálogo entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem professores que modelam, enfim o currículo é o contexto na prática ao mesmo tempo que é contextualizado, ainda segundo Sacristán é preciso refletir acerca do que se pretende atingir, o que pensar, por que ensinar, para quem são os objetivos, quem possui o melhor acesso as formas legítimas de conhecimento.

Partindo desses pressupostos Duarte declara que:

“[...] é possível situar o currículo como um produto histórico, resultado de um conjunto de forças sociais, políticas e pedagógicas que expressam e organizam os saberes que circunstanciam as práticas escolares na formação dos sujeitos que, por sua vez, são também históricos e sociais. [...] em síntese, o currículo é a expressão das concepções (de homem, de mundo, de ensino e aprendizagem, de método e de educação), das aspirações sobre a escola e seu papel social, das práticas pedagógicas e das relações nela vividas. E, como consequência disto, a seleção intencional de conteúdos, saberes e conhecimentos, os quais devem ser democratizados para toda a população, uma vez que são requisitos mínimos para a participação consciente em uma sociedade cada vez mais excludente, seletiva e contraditória”. (DUARTE, 2008, p. 02)



Diante do exposto é notório que várias ideias sobre inclusão precisam e devem ser desmistificadas, e aí que entra o papel do currículo adaptado de forma inclusiva ao qual deve atender não as necessidades capitalista/sistema, mas a verdadeira inclusão de todos os educandos independentemente de qualquer necessidade ou especificidade, tendo em vista que se tem uma sociedade diversificada, e a educação é para todos.

Conforme, aponta Silva (2016, p. 167):

Pensar em educação de todos no processo educativo, implica em considerar o contexto social, cultural e econômico em que o processo de exclusão, características da sociedade capitalista, desconsidera o atendimento às necessidades do ser humano. Apontamos que a inobservância ou a recusa em atender as especificidades dos estudantes, na maioria das vezes conduz à seleção, abandono e evasão escolar.

De acordo com Almeida (2003), é preciso mudar certas concepções, não que isso seja uma tarefa simples e fácil, mas buscar formas que busquem beneficiar pessoas que foram historicamente e são injustiçadas, marginalizadas e excluídas da sociedade e conseqüentemente da escola.

Conforme declara Alonso (2013, p.2):

A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola compreende em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

Neste cerne o currículo deve prever uma educação inclusiva considerando as diferenças e diversidade como um todo, ao promover adaptações curriculares desenvolvendo mudanças para garantir o acesso e permanência ao processo de ensino-aprendizagem de forma significativa, ou seja, um currículo educativo inclusivo deve ser composto por adaptações e flexibilizações para atender as necessidades individuais, a alteridade e a diversidade.

Partindo desses pressupostos a escola precisa ter em seu currículo o PEI (Plano Educacional individualizado) que é um planejamento elaborado pelo professor partindo da necessidade educacional específica do aluno em prol de remover barreiras no processo de aprendizagem, fazendo com que a criança tenha acesso as atividades propostas como os demais, conforme sua particularidade.

O currículo da escola é a base da prática pedagógica no ambiente escolar, trata-se e funciona como um guia de todo o processo educacional, isto é que os alunos vão ou precisa percorrer. É nele que estão organizados todos os conteúdos, atividades e competência que o



aluno precisa aprender. Neste sentido o currículo adaptável é de suma importância para o processo de ensino-aprendizagem para atender as necessidades/dificuldades do aluno.

De acordo com Brasil (2001, p. 58)

As dificuldades de aprendizagem na escola apresentam-se como um contínuo, compreendendo desde situações mais simples e/ou transitórias – que podem ser resolvidas espontaneamente no curso do trabalho pedagógico – até situações mais complexas e/ou permanentes – que requerem o uso de recursos ou técnicas especiais para que seja viabilizado o acesso ao currículo por parte do educando. Atender a esse contínuo de dificuldades requer respostas educativas adequadas, que abrangem graduais e progressivas adaptações de acesso ao currículo, bem como adaptações de seus elementos (BRASIL, 2001, p. 58).

2.2 ADAPTAÇÕES CURRICULARES: UM CONVITE À VERDADEIRA EDUCAÇÃO ENVOLVENDO CONTEÚDOS, RECURSOS E AVALIAÇÃO

A fim de minimizar impactos, as adequações curriculares constituem possibilidades de agir frente à aprendizagem dos educandos. Não precisa ser um novo currículo, mas um currículo dinâmico, adaptável, alterável, que atenda a todos, no qual o mesmo deve estar respaldado no documento norteador da escola, o PPP (Projeto Político Pedagógico), cujo objetivo é melhorar a qualidade de ensino.

Sendo assim a escola inclusiva é a que transforma o contexto social do aluno, que aplica metas em prol da construção não apenas do seu crescimento, mais do crescimento do aluno, que tem como base pedagógica garantir uma educação de qualidade que ultrapasse os muros escolares. Por isso o tema inclusão tem sido tão debatido por décadas, que se implicam em construir uma sociedade de todos e para todos sem exclusão ou preconceito social, seja cultural, econômica, religiosa, entre outras.

Nesta feita, quando se fala em adaptações tem-se como obrigação trazer propostas curriculares adaptadas aos alunos, a qual o conteúdo programático deve ser organizado de acordo com a necessidade de cada aluno, respeitando seu nível de aprendizagem, potencialidades e dificuldades. Frente ao exposto, vale salientar que não se trata de um novo currículo ou currículo oculto, mas o da escola, com base no PPP, o objetivo é criar metodologias de ensino com intuito de que todos participem do currículo comum.

Conforme o documento Saberes e Práticas da Inclusão-Recomendações para a Construção das Escolas Inclusivas (MEC, 2005, p. 61):

As adaptações Curriculares constituem, pois possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torna-lo apropriado às



peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, possível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adequações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definam: o que o aluno deve aprender, como e quando aprender, que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem e como e quando avaliar o aluno.

É notório que os conteúdos devem ser adequados para que assim seja possível atender a cada aluno individualmente, embora que para alguns profissionais da educação é algo trabalhoso, porém necessário para se ter um ambiente escolar inclusivo e favorável ao aluno, pois uma vez que não é feito, é tirado um direito do aluno, pois não se trata do conteúdo em si, e sim a forma a qual o aluno aprende e ganha habilidades, e quando o professor entende esse processo, faz com que o aluno independente de qualquer especialidade se torne atuante e com autonomia. Esse é o foco das adaptações curriculares, que o aluno realmente aprenda e seja mais independente.

Com relação ao conceito de “recursos”, quer dizer, um meio de resolução de problemas, que nesse contexto traz benefícios a alguém, algo novo, dinâmico. E são através deles que são produzidas/ criadas às estratégias de ensino para o processo de ensino-aprendizagem, dentro do ambiente escolar e também em outros contextos. Trazendo para o âmbito escolar, é indispensável esse elemento dentro do processo e não apenas com a educação especial inclusiva e sim com todos os envolvidos. O professor realiza sua prática pedagógica utilizando instrumentos como: a teoria (conhecimento teórico), prática, recursos tecnológicos e pedagógicos, delineando-os à construção de uma aula diferenciada tornando-a mais atraente, prazerosa e de interesse do aluno.

Conforme Souza (2007, p. 10):

[...] é possível a utilização de vários materiais que auxiliem a desenvolver o processo de ensino e de aprendizagem, isso faz com que facilite a relação professor – aluno – conhecimento.

Caso o aluno seja surdo, a escola de acordo com as Políticas Públicas de Inclusão, deve ser contemplado com profissionais intérpretes em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), sistema Braille, se caso tenha uma deficiência visual dentre outros recursos, porém nunca se pode esquecer que o principal recurso é o próprio aluno por meio da participação, inteiração que a partir daí vai despertar suas habilidades, bem como superar suas dificuldades.

Ainda conforme Souza (2017, p. 110):



[...] o professor poderá concluir juntamente com seus alunos, que o uso dos recursos didáticos é muito importante para uma melhor aplicação do conteúdo, e que, uma maneira de verificar isso é na aplicação das aulas, onde poderá ser verificada a interação do aluno com o conteúdo. Os educadores devem concluir que o uso de recursos didáticos deve servir de auxílio para que no futuro seus alunos aprofundem e ampliem seus conhecimentos e produzam outros conhecimentos a partir desses. Ao professor cabe, portanto, saber que o material mais adequado deve ser construído, sendo assim, o aluno terá oportunidade de aprender de forma mais efetiva e dinâmica.

Segundo (Brasil, 2001, p. 42), afirma que: Para a definição das ações pedagógicas, a escola deve prever e prover em suas prioridades, os recursos humanos e materiais necessários à educação na diversidade”.

A atenção aos recursos utilizados para atender a um determinado alunado se dá conforme a necessidade e realidade de cada um e tais ações proporciona uma educação adaptada, conseqüentemente garantindo a facilitação no processo, pois as metodologias, que estão intrinsecamente ligadas aos recursos, responde no que diz respeito ao currículo, e são considerados significativas.

Referente ao modelo de avaliação a qual é aplicado diz muito sobre o perfil do aluno, é nele que se revela se a inclusão realmente acontece, sendo ela por observações ou diagnóstica, não se trata de um currículo fácil de ser compreendido, mais de uma avaliação que promova a construção de conhecimentos baseados nas suas peculiaridades ou necessidades.

A avaliação é de caráter inclusivo com os mesmos conteúdos e componentes curriculares, porém com alterações de métodos para que assim seja mais acessível ao aluno. Vale destacar que as atividades diárias fazem a ponte como complementos de preparação ao aluno como também os conhecimentos prévios de cada um, pois é um processo contínuo.

Essas adequações avaliativas por serem contínuas são feitas para alcançar um determinado objetivo, isto é intencionalmente, bem como a apresentação de metodologias para se chegar a um resultado satisfatório na aquisição de conhecimentos e habilidades.

Desse modo, cabe ao profissional da educação/ professor, usar metodologias para melhor absorção do conteúdo pelo alunado, diminuindo assim os obstáculos e dificuldades, isto é, um professor pesquisador, pois se faz necessário um profissional cada vez mais dinâmico que busque em prol da aprendizagem do aluno.

Conforme está previsto no Art. 8º, inciso III as diretrizes que definem que as escolas devem prever e prover na organização das suas classes comuns:

“flexibilização e adaptações curriculares que considerem os conteúdos básicos e instrumentos dos conteúdos básicos, metodologia de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que



apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola respeitada a frequência obrigatória.” (BRASIL, 2001b)

Nesse sentido, as flexibilizações nas adaptações são essenciais, no que diz respeito aos conteúdos, recursos e avaliação, que deem ao aluno oportunidades e acesso ao progresso de ensino-aprendizagem refletindo que eles juntamente com o professor são os dosadores de transformação do conhecimento, pois a educação é um direito de todos, e é dever da escola oferecer um currículo adaptado.

Neste sentido a Declaração de Salamanca (artigos 28 e 29), destaca:

“[...] deve ser adaptado às necessidades das crianças, e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem aos alunos com habilidades e interesse diferentes. [...] Alunos com necessidades educacionais especiais devem receber apoio instrucional adicional no programa regular de estudos, ao invés de seguir um programa de estudos diferente. O princípio norteador será o de providenciar, a todas as crianças que assim o requeiram.” (UNESCO, 19994).

2.3 PAPEL DO PROFESSOR: DIFERENCIAL NAS ADEQUAÇÕES CURRICULARES EM UMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É notório que cada vez mais a educação tem um papel primordial na constituição, crescimento e desenvolvimento da civilização humana e que embora não seja valorizado pelos órgãos competentes e não tenha melhorias salariais, é o principal agente condutor de transformação, ou seja o professor que é o mediador da aprendizagem, assumindo a postura de pesquisador, dinâmico, aberto ao novo e modelador da aprendizagem fazendo com que os alunos sejam críticos e reflexivos, ou seja, o professor é uma peça chave, pois ele é o maior influenciador e motivador dos seus alunos, ele é o exemplo. Castoldi e Polinarski (2009, p. 684) afirmam que

“[...] no processo ensino-aprendizagem a motivação deve estar presente em todos os momentos. Cabe ao professor facilitar a construção do processo de formação, influenciando o aluno no desenvolvimento da motivação da aprendizagem.

Logo para uma educação inclusiva acontecer é de suma importância que esse professor conheça de que forma acontece/ funciona o currículo da escola, bem como um olhar diferenciado à realidade do aluno através de sua metodologia, e que esta seja de real significado ao para o aluno.

De acordo com Majón (1995, s. p *apud* CARVALHO 2008, p. 105):

Quando se fala em adaptações curriculares se está falando, sobretudo e em primeiro lugar, de uma estratégia de planejamento e de atuação dos docentes e, nesse sentido, de um processo para tratar de responder às necessidades de aprendizagem de cada



aluno [...] fundamentado em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões a respeito do que o aluno e aluna devem aprender, como e quando, e qual é a melhor forma de organizar o ensino de modo que todos saiam beneficiados.

Partindo desses pressupostos não se pode falar em adaptações curriculares em uma perspectiva de educação inclusiva sem antes compreender que é para todos, e que é dentro da sala de aula que irá acontecer todo o processo.

Conforme Sabaini (2007, p. 9 *apud* PRESTES 2017, p. 89):

A sala de aula é o espaço onde se concretiza o currículo e deve acontecer o processo ensino-aprendizagem. Este processo acontece não só por meio de transferência de conteúdos, mais também pela influência das diversas relações e inteirações desse espaço escolar, na sala de aula e na relação professor-aluno [...].

Neste contexto o currículo possui três dimensões as quais são: político social epistemológica e sistema aberto complexo a qual norteiam o professor na adequação das propostas curriculares de sobre o que ensinar, quando e como ensinar e o que, como e quando avaliar, ressaltando que são flexíveis conforme as necessidades individuais de cada aluno, ou seja, é papel do professor fazer atividades diversificadas conforme o PEI e currículo da escola. Essas adaptações tem foco na diversidade escolar dando diferencial aos alunos com necessidades educacionais, deficiências ou transtorno neurológico, respeitando sempre seus limites e ritmos, oportunizando um ambiente de equidade entre todos.

Conforme Minetto (2008, p. 32-33 *apud* PRESTES 2017, p. 90):

Uma escola consegue organizar um currículo inclusivo quando reconhece a complexidade das relações humanas (professor-aluno), a amplitude e os limites de seus objetivos e ações; quando entende o ambiente escolar como um espaço relacional que estabelece laços que contribui para a formação de uma identidade individual e social [...] O professor organiza e pratica o currículo enquanto constrói e reconstrói suas concepções, percepções e escolhas e, assim, também o faz o aluno enquanto aprende.

Nesta feita consequentemente é um desafio, mas busca promover um significado maior de uma educação que atende a todos, pois não basta só incluir e criar ações a fim de solucionar a inclusão, e sim trabalhar em conjunto escola, comunidade e família e busca de construir uma sociedade diferente a qual todos sejam respeitados, bem como também seus direitos.

As adequações curriculares atuam frente a possibilitar aos alunos com necessidades educacionais, deficiência ou transtorno neurológico o direito de ter uma assistência individual



baseado dentro do currículo da escola, PEI (Plano Educacional Individualizado) e PPP (Projeto Político Pedagógico), e considerando os conteúdos objetivos e avaliações.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nessa pesquisa é uma revisão bibliográfica a qual é de caráter exploratório, por análises de materiais em sites, livros, revistas e artigos acadêmicos científicos que se correlacionaram com o tema, é uma pesquisa de abordagem quantitativa com objetivo de compreender para amadurecimento das ideias bem como gerenciar as informações de forma clara e objetiva.

Em suma o tema tem sido bastante debatido no cenário educacional brasileiro e tem a contribuir significativamente para o campo de estudo na educação inclusiva e sua diversidade, levando em consideração a relevância de ser ter as adaptações curriculares em prol a necessidade de cada educando.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Levando em consideração o contexto da diversidade em sala de aula e necessidades individuais dos alunos faz-se necessário refletir em um currículo com adaptações e flexibilização que atendam a esse público com procedimentos didáticos e atividades adaptáveis ao nível do alunado.

Diante disso optou-se por uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório para análises de informações referente ao tema abordado, afim de compreender e explicar o porquê das adaptações curriculares em uma perspectiva de educação inclusiva, assim destacam-se alguns autores tais como: Duarte, Silva, Almeida, Brasil, Sabaini, Minetto entre outros.

O artigo inicia-se com uma breve introdução em apresentação do tema, logo após opta-se por dissertar os seguintes tópicos “Currículo, inclusão e adaptação: Pilares da educação”, ao qual discorre sobre compreender o que é currículo, e que não se pode falar em currículo de verdade se não envolver a inclusão e conseqüentemente as adaptações que é um direito do aluno que apresenta necessidades educacionais, deficiência ou transtorno neurológico, diante disso a escola precisa ter em seu currículo o PEI (Plano Educacional individualizado), que refere-se a um planejamento elaborado pelo professor de acordo com a necessidade educacional específica do aluno; “Adaptações curriculares: Um convite à verdadeira educação envolvendo conteúdo, recursos e avaliações”, o subtópico traz como um norteador a importância, que é preciso ter essa tríade para que as adaptações curriculares realmente façam a diferença no currículo de



forma inclusiva, que o conteúdo deve ser acordo com a necessidade de cada aluno, levando em consideração e respeitando o nível de aprendizagem de cada um, bem como suas potencialidades e dificuldades, os recursos como uso de metodologias que possam auxiliar na dinâmica do processo de ensino-aprendizagem como um ato inclusivo e construção de uma aula diferenciada e atraente, a avaliação com mesmos conteúdos e componentes curriculares, porém com alterações na metodologia para que assim seja mais acessível ao aluno; “Papel do professor: Diferencial nas adequações curriculares em uma perspectiva de educação inclusiva”; traz a reflexão de um olhar além do apenas ensinar, um olhar humano, pedagógico, e com equidade desse profissional, bem como a sua importância, papel e objetivo como educador. Há também a metodologia da pesquisa abordada e sua relevância do tema em estudo, baseando-se em autores que comungam com as mesmas linhas de raciocínio, em sequência os resultados e discussões a qual vem discorrendo a respeito do processo da pesquisa e resultados obtidos durante o processo da pesquisa, as considerações finais e finalizando com as referências de todo material pesquisado durante a pesquisa.

Diante desse contexto pode-se confirmar que as adaptações curriculares são a melhor forma de atender ao público da educação inclusiva em prol a uma educação de qualidade, e quebra de barreiras de modo que possa atrair o alunado ao se fascinar com as metodologias do professor, despertando o interesse e envolvendo-os no processo de ensino-aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os fatos apresentados compreende-se que a educação inclusiva, embora muito debatida ainda seja necessário quebrar alguns tabus, pois não se trata apenas de oferecer o espaço adequado aos alunos com ou sem necessidades educacionais e sim em tem um olhar humanizador em proporcionar uma aprendizagem que não seja mecânica, ou seja, uma educação de qualidade que o aluno aprende de verdade e se sinta acolhido pela comunidade escolar a partir do currículo da escola que por sua vez tem como obrigatoriedade ser flexível, dinâmico e adaptado de acordo às necessidades de cada aluno sendo elas socioemocional, educacional entre outras.

Neste cerne é preciso saber que existem leis que garante que todos tem direito a essa educação, que o ato de educar não é apenas o aluno ir à escola e cumprir certa carga horária, e sim ser transformado pela educação, que existe princípios que norteiam e dão respaldo de como essa educação deve acontecer. Que o professor tem um papel fundamental nesse processo, desde o acolhimento ao aluno até suas metodologias que devem estar adaptadas nos



seguimentos do currículo escolar, conteúdos, recursos e formas de avaliação independentemente de qual seja o tipo de avaliação utilizada pelo mesmo.

Nesse viés destaca-se que a avaliação deve ser contínua e está interligada com as atividades propostas, bem como o próprio aproveitamento dos conhecimentos prévios dos alunos, mas para que tudo isso aconteça o professor precisa compreender seu papel que se trata não de algo a mais, algo trabalhoso e sim facilitador tanto para ele como profissional como para o aluno, que por meio dos seus métodos vai adquirindo conhecimento e habilidades concretas.

Portanto as adequações curriculares nos traz a reflexão de que precisamos ser profissionais mais humanos, que busque compreender de que forma pode-se alcançar o alunado, que estratégias usar e conseqüentemente obter resultados significantes, bem como promover a mudança de hábito do aluno (aprendizagem), tendo direito aos mesmos componentes curriculares e mesmos conteúdos, mesmo que adaptadas, e que seu principal objetivo é estabelecer a equidade, ou seja, tornar os direitos de todos iguais de uma forma dinâmica e o diferenciada, propondo garantir os mesmos conhecimentos, possibilitando as mesmas oportunidade a todos. Logo, pensar em educação é antes de tudo pensar em inclusão, e ela só pode ser considerada inclusão quando todos estão envolvidos no mesmo ambiente aprendendo juntos um com os outros, isso é inclusão.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. **Projeto Escola Viva garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola:** Alunos com necessidades educacionais especiais/ Adaptações Curriculares de Grande Porte. Brasília: MEC/SEE, 2000a.

ARANHA, M.S.F. **Projeto Escola Viva garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola:** Alunos com necessidades educacionais especiais/ Adaptações Curriculares de Pequeno Porte. Brasília: MEC/SEE, 2000b.

ALMEIDA, Dulce Barros de. **Do especial ao inclusivo? Um estudo da proposta de inclusão escolar da rede estadual de Goiás, no município de Goiânia.** Campinas: Faculdade de Educação. 204 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, 2003, p. 179. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000304509&fd=y> Acesso em: 05 de mai de 2022.

ALONSO, Daniela. **Os desafios da Educação inclusiva:** foco nas redes de apoio. 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/554/osdesafiosda->. Acesso em 23 dez. 2023.



BRASIL, **Resolução CNE/CEB n. 02 de 11 de setembro de 2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001, p, 42.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**/Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001.

Brasil, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica**. Secretária de educação especial. MEC: SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 05 de mai de 2022.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação 2008, p. 105.

CASTOLDI, R.; POLINARSKI, C. A. **utilização de Recursos didático-pedagógicos na motivação da aprendizagem**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 1, Ponta Grossa, 2009. Anais do I *SINECT*. Disponível em: http://www.sinect.com.br/anais2009/artigos/8%20Ensinodecienciasnasseriesiniciais_Artigo2.pdf. Acesso em: 07 de mai de 2022.

DUARTE, A. C.; FANK, E; PAMELLA, H e S. **Os desafios contemporâneos e os conteúdos escolares: Reflexos na organização da proposta pedagógica curricular e a especialidade da escola pública**. (texto elaborado pela Coordenação da Gestão escolar – CGE/SEED, para a semana pedagógica descentralizada nas escolas, 2008, p. 02.

_____. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LINHAS CRÍTICAS, Revista da faculdade de Educação. **Educação Inclusiva: Significado e Realidade**, n° 21, vol. 11- p. 217-228. Jul/dez. 2005. Disponível em: <http://www.fe.unb/linhascriticas/n21/educação%20inclusiva.html>. Acesso em: 05 de mai de 2022.

MINETTO, M.F. **Currículo na educação inclusiva: entendendo o desafio**. São Paulo: Ipbex, 2008.

MENDES, E.G.; ALMEIDA, M.A. e TOYODA, Y.C. Inclusão escolar pela via de colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, v.41, p.80-93, 2011.

PRESTES, Irene Carmen Picone. **Fundamentos da Educação Especial**. 1ª ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2017, p. 90.

SOUZA, S. E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. In: I ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM, Maringá, 2007. *Arq. Mudi*. Periódicos. Disponível em: <https://www.uem.br/pec_uem/revistas/arqmude/volume_11/suplemento_02artigos/019.pdf>. Acesso em: 06 de mai de 2022.



SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEBASTIAN HEREDERO, E. **A escola inclusiva estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares**. Acta Scientiarum. Education (Print). Maringá, v. 32 n 2, p. 193-208, 2010.

SILVA, Sandra Salette de Camargo. **Nuances entre o texto e contexto nas políticas de inclusão educacional**. In: UJIIE, Nájela Tavares. Psicopedagogia Clínica e Institucional: nuances nexos reflexos. Curitiba: CRV, 2016, p. 167.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre os princípios políticos e práticos na área das necessidades educativas especiais**. 1994, p18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca>. Acesso em 03 de mai de 2022.

UNESCO – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA ESPANHA – **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO**- CORDE- Ministério da Justiça- Brasília, 1994.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

VILARONGA, C.A.R. e MENDES, E.G. Ensino colaborativo para apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.95, n.239, p.139-161, 2014.